



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1.a EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES COMPANHIA LORENZ.

Pelo presente instrumento particular **COMPANHIA LORENZ**, com sede na cidade de Blumenau estado de Santa Catarina, na Rua São Paulo, 3068, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 82.639.543/0001-18, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (consolidado pela AGE/O de 07.04.95, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina na edição de 27.04.95), por - (i) Friedel Schindler, engenheiro agrônomo, portador do CPF nº 009.914.499-91 e do RG no. 48.008/SC, e (ii) Arthur Yuwao Uenoyama, administrador de Empresas e portador do CPF nº 030.313.338-45 e do RG nº 11.293.314/SP, ambos brasileiros, casados e residentes na cidade de Blumenau no Estado de Santa Catarina - doravante denominada **EMISSORA** e Mario Sérgio Cardim Neto, brasileiro, casado, portador do RG Nº 3.263.141, residente na cidade e estado de São Paulo á Rua São Carlos do Pinhal, 318 / apartamento 42, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da fazenda sob o no. 032.735.558-15, doravante denominado **Agente Fiduciário**, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão, vêm emitir debêntures simples, mediante as cláusulas e condições a seguir:

### I - DA AUTORIZAÇÃO

A celebração da presente Escritura foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 02 de junho de 1.995

### II - DOS REQUISITOS

#### a) registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada **CVM**, na forma das leis 6.385 de 07 de dezembro de 1.976 e 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

#### b) arquivamento da ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou e aprovou a emissão de debêntures simples da **EMISSORA**, será arquivada na Junta Comercial do estado de Santa Catarina, e será publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, na edição de 30.06.95.

#### c) registro da Escritura

A presente escritura de emissão será registrada no cartório de registro de imóveis da sede da **EMISSORA**.

### III - DOS TÍTULOS E SUA EMISSÃO

#### III.A - Características gerais da Emissão



**a) colocação**

O lançamento será público, mediante a intermediação de instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição, previsto no artigo 33 da instrução CVM n.º 13 de 1.980.

**b) data da emissão**

Para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures será o dia 01 de junho de 1.995.

**c) valor da emissão**

O montante total da emissão será de R\$ 5.000.000,00 ( cinco milhões de reais ).

**d) quantidade de debêntures**

Serão emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures simples, em número de séries indeterminado, de valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

**e) data de vencimento**

As debêntures objeto da presente emissão terão prazo vencimento final no dia 01 de junho de 2.000.

**f) forma**

As debêntures serão nominativas, escriturais.

**g) negociação**

As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

**h) espécie**

As debêntures objeto da presente emissão contarão com garantia flutuante do ativo da EMISSORA.

**i) preço de subscrição, integralização e pagamento**

As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal, acrescido dos rendimentos e prêmio, se houver, calculados "pro-rata-temporis"- incorridos da data da emissão até a efetiva subscrição, a qual dar-se-á em data a ser especificada no 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública de cada série, conforme deliberado e aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária de 02 de junho de 1.995, e que será publicada no D.O.E.S.C. no dia 30.06.95. O preço de subscrição será pago à vista.

**j) atualização monetária**

O valor nominal das debêntures será atualizado monetariamente pelos mesmos índices da variação do IPCr (Índice de Preços ao Consumidor, em Real, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a partir da data de emissão. A atualização monetária agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura.

ja) A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja que o vencimento não ocorra no primeiro dia do mês, será



efetuada mediante a aplicação "pro-rata-temporis" por dias úteis da variação do IPCr do mês.

**jb)** Na hipótese de extinção do IPCr, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares esta não puder ser utilizada nas emissões de debêntures, a emissora se obriga a adotar o índice que vier a substituir o IPCr.

**k) rendimentos**

Os rendimentos das debêntures serão definidos pela R.C.A. que deliberar a emissão de cada série, e de cada período de incidência dos rendimentos.

**l) Prêmio**

A R.C.A. da Emissora poderá determinar um prêmio para ajustar os rendimentos das debêntures às condições de mercado. A deliberação de prêmios, se houver, será realizada por séries.

**m) repactuação**

Conforme aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, o Conselho de Administração poderá definir datas de repactuação para a totalidade da emissão, ou para cada série das debêntures, ocasião em que a **EMISSORA** se compromete a recomprar as debêntures, de todos os debenturistas que não concordarem com as condições de remuneração e/ou prazo a serem propostas pelo Conselho de Administração da mesma, para o período subsequente à data da repactuação, mediante os seguintes procedimentos:

Até o dia 15(quinze) do mês imediatamente anterior à data da repactuação, a **EMISSORA** fará publicar nos jornais onde comumente faz publicações de interesse de seus acionistas, as condições de remuneração e o novo prazo de vigência das mesmas, e consequentemente a data da repactuação seguinte.

Os debenturistas terão até o dia 22 (vinte e dois) do mês imediatamente anterior à data da repactuação para comunicar a sua intenção de não permanência com os títulos da **EMISSORA**.

Será entendido como concordantes com os termos do novo prazo e nova remuneração, os debenturistas que não se pronunciarem formalmente contra esses termos, até a data aprazada.

**n) amortização**

As debêntures objeto da presente emissão, não sofrerão amortização de nenhuma espécie.

**o) juros moratórios**

Caso a **EMISSORA** venha a incorrer em mora no pagamento de quaisquer valores previstos por esta Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos à atualização monetária, juros e prêmios previstos nesta escritura, além de juros moratórios de 1% a. m. (hum por cento ao mês), desde a época do vencimento até a data do pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



**p) decadência dos direitos aos acréscimos**

Sem prejuízo ao disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber seus valores, na época dos vencimentos previstos por esta Escritura ou em comunicação levada a efeito pela **EMISSORA**, não lhe dará direito a nenhum acréscimo sobre os valores vencidos, ficando porém assegurado os direitos que tinha adquirido até a data do vencimento de cada valor não recebido na época do pagamento.

**q) local do pagamento, prorrogação de prazos e publicidade**

Os pagamentos previstos por esta Escritura serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da **EMISSORA**.

**qa)** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária, até o 1.º dia útil subsequente ao do seu vencimento, caso este coincida com dia em que não haja expediente comercial ou bancário. Nesse caso não haverá acréscimo, sob nenhum título, sobre os valores a serem pagos.

**qb)** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que de qualquer forma vierem a envolver interesse dos debenturistas, serão veiculados na forma de avisos ou editais, em jornais de circulação nacional, onde normalmente a Emissora faz suas publicações legais..

**r) vencimento antecipado**

O **Agente Fiduciário** poderá declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto da presente Escritura e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal, rendimentos e prêmio, na ocorrência das seguintes hipóteses:

**ra)** protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**,

**rb)** falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30(trinta) dias contados da comunicação formal a ser efetuada pelo **Agente Fiduciário**,

**rc)** vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas nesta Escritura de Emissão de Debêntures e,

**rd)** a alienação do controle acionário da **EMISSORA**.

**re)** pedido de concordata preventiva formulado pela **Emissora**.

**s) resgate antecipado facultativo:** Para cada uma das séries de que se trata, a **Emissora**, a seu critério, por deliberação do Conselho de Administração, poderá determinar, a qualquer tempo, a contar da data de subscrição das debêntures de cada uma das séries, mediante aviso publicado com antecedência de 30 (trinta) dias do evento, que deverá ocorrer sempre em datas coincidentes com o dia 1º (primeiro) do mês de calendário, o resgate antecipado das debêntures de cada uma das séries.



ra) O resgate antecipado parcial, será efetuado mediante sorteio;

rb) As debêntures serão resgatadas pelo seu valor nominal atualizado, acrescido de juros e prêmios, este se houver.

**t) delegação de poderes**

A A.G.E. de 02 de junho de 1995 delegou ao Conselho de Administração poderes para deliberar e aprovar a Emissão das séries e sobre as condições de que tratam os números VI a VIII do artigo 59 da Lei 6406/76. bem como a deliberação sobre a oportunidade da emissão de cada série.

**III. B - Características da 1a. série da 1.a emissão**

**a) Valor da Emissão e quantidade de debêntures**

A primeira série é composta de 2500 (duas mil e quinhentas) debêntures, o que corresponde na data de emissão a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

**b) Rendimento**

Para o primeiro período de incidência de rendimentos que vai da data de emissão até a data da primeira repactuação, as debêntures assegurarão juros de 18,00% a.a. (dezoito por cento ao ano) que serão capitalizados ao valor nominal atualizado monetariamente conforme item III A j. Os juros serão pagos no dia 01 de junho de 1.996.

**c) prêmio**

Conforme definido pela Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, em 01/06/1.996, será pago um prêmio aos debenturistas. Esse prêmio será a diferença a maior, se houver, entre - o equivalente a variação da taxa ANBID, acrescida de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) capitalizado ao valor nominal, e o produto do valor nominal das debêntures atualizado monetariamente conforme o item "j" da Cláusula "III A" capitalizado pela taxa de juros referida no item "b" supra, o qual será definido pela seguinte expressão:

$$P = R - \left\{ V \left[ \frac{365}{360} \cdot (1,18) \cdot (IPC_r) \right] \right\}$$

onde:

$$R = \left[ V(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_n) \left( \frac{365}{360} \right) \right] - V, \quad \text{onde:}$$

R = rendimento da taxa ANBID acrescida de spread, de uma debênture, referente a 01.06.1996.

$a_1, a_2, a_n$  = variação mensal da taxa anual publicada pela ANBID, referente ao dia 01/06/1.995, com validade até a publicação da taxa anual ANBID referente ao dia do vencimento de  $a_1$  e assim sucessivamente, até a publicação da taxa  $a_n$ , todas definidas pela seguinte expressão: -

$$a_1, a_2, \dots, a_n = (1 + \frac{ANBID}{m/360})^m \quad \text{onde:}$$

**ANBID** = variação anual da taxa publicada pela ANBID, considerada a de maior volume negociado, na sua forma unitária e referente ao período que se quer apurar, ou seja relativa a  $a_1, a_2, \dots, a_n$ .

**m** = número de dias compreendidos pela validade da taxa ANBID, ou seja número de dias relativos a  $a_1$ , ou  $a_2, \dots$  ou  $a_n$ , estabelecendo que os dias referentes a  $a_n$  serão aqueles compreendidos entre o vencimento de  $a_{n-1}$  e o dia 01.06.96.

**V** = Valor nominal de uma debênture.

**P** = Prêmio, por debênture, a ser pago, se houver.

**IPCr** = Variação do Índice de Preços ao Consumidor em Real, referente ao período da data da emissão até o dia 01/06/1.996.

#### e) repactuação

A primeira data da repactuação para as debêntures da 1ª. série será o dia 01.06.96. )

Conforme aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, esta se compromete a recomprar as debêntures em 01/06/1.996, de todos os debenturistas que não concordarem com as condições de remuneração a serem propostas pelo Conselho de Administração da mesma, para o período subsequente ao dia 01/06/1.996, mediante os seguintes procedimentos:

Até o dia 15/05/1.996 a **EMISSORA** fará publicar nos jornais onde comumente faz publicações de interesse de seus acionistas, as condições de remuneração e o novo prazo de vigência das mesmas, e conseqüentemente a data da segunda repactuação..

Os debenturistas terão até o dia 22/05/1.996 para comunicar a sua intenção de não permanência com os títulos da **EMISSORA**.

Será entendido como concordantes com os termos do novo prazo e nova remuneração, os debenturistas que não se pronunciarem formalmente contra esses termos, até a data aprazada.



#### IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

**a) Fornecer ao Agente Fiduciário:**

**aa)** dentro de no máximo 60(sessenta)dias após o término do 1.o semestre de seu exercício social, cópias das demonstrações financeiras relativas a esse período.

**ab)** dentro de no máximo 90(noventa)dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo.

**ac)** cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202 de 06.12.93, nos prazos previstos nos artigos 16 e 17 da citada instrução.

**ad)** imediatamente, qualquer informação relevante ao acompanhamento por parte dos debenturistas, sobre o seu investimento, que venha a ser solicitada.

**b)** Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura. Tal proibição cessará com a adimplência da **EMISSORA**.

**c)** Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na **CVM**, nos termos da instrução nº 202, bem como fornecer aos debenturistas, com periodicidade mínima de seis meses as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da lei n.º 6404/76.

**d)** Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições autorizadas a prestar esse tipo de serviço.

**e)** Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas usuais.

**f)** Não realizar operação fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

**g)** Realizar no mínimo anualmente, reunião com analistas, investidores e demais participantes do mercado de capitais nacional, para prestar todas as informações referentes aos seus negócios, aos negócios de suas controladas e coligadas, bem como fornecer indicações que possam fazer com que os participantes vislumbrem as perspectivas dos negócios para os próximos períodos.

#### V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** constitui e nomeia **Agente Fiduciário** da emissão objeto da presente Escritura, Mario Sergio Cardim Neto retro qualificado, o qual aceita a nomeação para nos termos da lei e normas da presente Escritura, representar perante ela **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.



a) O **Agente Fiduciário**, dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

aa) Sob as penas da lei não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3.º da lei 6404/76 e artigo 9º da instrução **CVM** n.º 28/83, para exercer a função que lhe é atribuída.

ab) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura.

ac) Aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições.

ad) Não ter qualquer ligação com a **EMISSORA** que o impeça de exercer plenamente suas funções.

b) O **Agente Fiduciário** receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, honorários de R\$ 35.000,00 a serem pagos da seguinte forma:

ba). R\$ 8.000,00 (oito mil reais) na aprovação da escritura de emissão pela CVM, e o saldo de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) em 15 (quinze) quadrimestres no valor de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais) cada parcela, sendo a primeira em 01.07.95

bb) A remuneração acima, não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao desempenho das atividades de agente fiduciário, as quais serão pagas pela **EMISSORA**, exceto as viagens e estadias para a cidade de São Paulo - SP.

bc) Em caso de mora de pagamento de qualquer quantia relativa a remuneração do **Agente Fiduciário**, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos mesmos juros de mora previsto por esta Escritura, para as debêntures ora emitidas.

bd) A remuneração será paga na sua forma líquida, isto é, acrescida de ISS(imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS(contribuição ao programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a prestação de serviços como agente fiduciário, com excessão do IR(imposto sobre a renda).

**ÚNICO:** Na hipótese de todas as debêntures serem resgatadas, antes do vencimento das mesmas, cessarão a partir da data do último resgate, os direitos, obrigações e remuneração do **Agente Fiduciário**. Neste caso, a remuneração será calculada "pro-rata-temporis".

c) Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância, será realizada dentro do prazo máximo de 30(trinta)dias do evento que a determinar, assembléia geral dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário. A





assembléia geral retro mencionada poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem no mínimo 10%(dez por cento) das debêntures em circulação ou pela **CVM**. Na hipótese da convocação não ocorrer até oito dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetua-la, sendo certo que a **CVM** poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir a escolha do novo agente fiduciário.

- ca) Na hipótese do **Agente Fiduciário**, não poder continuar a exercer suas funções, por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, ele deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.
  - cb) É facultado aos debenturistas após a distribuição das debêntures no mercado, procederem à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação do seu substituto, em assembléia geral especialmente convocada para essa finalidade.
  - cc) A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita a comunicação prévia a **CVM** e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da instrução nº 28/83 e eventuais normas posteriores.
  - cd) A substituição do **Agente Fiduciário** em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado no cartório de registro de imóveis, no qual foi registrada esta escritura.
  - ce) O **Agente Fiduciário** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
  - cf) Aplicam-se às hipóteses de substituição do **Agente Fiduciário** as normas e preceitos baixados pela **CVM**.
- d) Além de outros previstos em lei ou atos normativos da **CVM** e nesta Escritura, constituem deveres e obrigações do **Agente Fiduciário**:
- da) Proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens.
  - db) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão.
  - dc) Conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados ao exercício da função.
  - dd) Verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento.



**de)** Promover nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários.

**df)** Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações.

**dg)** Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures.

**dh)** Solicitar quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**.

**di)** Solicitar quando julgar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**.

**dj)** Convocar quando necessário, a assembléia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado por pelo menos três vezes, nos órgãos da imprensa nos quais a **EMISSORA** normalmente efetua as suas publicações.

**dl)** Comparecer a assembléia de debenturistas, a fim de fornecer as informações que lhe forem solicitadas.

**dm)** Elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68 parágrafo 1º, letra "b", da lei 6404/76, o qual deverá conter pelo menos as seguintes informações:

**dma)** Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA**, ou o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**.

**dmb)** Alterações estatutárias ocorridas no período.

**dmc)** Comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura do seu capital.

**dmd)** Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado.

**dme)** Aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**, realizadas no período, bem como os pagamentos das obrigações pecuniárias previstas por esta Escritura.

**dmf)** Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**.

**dmg)** Relação dos bens e valores entregues à sua administração.

**dmh)** Cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento, e

**dmi)** Declaração sobre a sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.

**dn)** Colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:

**dna)** Na sede da **EMISSORA**.

**dnb)** No seu escritório, ou local previamente indicado.

**dnc)** Na CVM.

**dnd)** Nas instituições financeiras que participam da colocação das debêntures.

**do)** Publicar nos órgãos da imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição dos mesmos, nos locais acima definidos.

**dp)** Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços.

**dq)** Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer.

**dr)** Notificar os debenturistas, se possível individual e formalmente no prazo máximo de noventa dias de qualquer inadimplemento por parte da **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local onde fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

**dra)** à CVM.

**drb)** às Bolsas de Valores, quando for o caso.

**e)** O **Agente Fiduciário** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da

comunhão dos debenturistas na realização dos seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:



**ea)** Declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios conforme os termos da cláusula **III**. Tal declaração poderá ser efetuada na ocorrência de qualquer inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista por esta Escritura.

**eb)** Tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas.

**ec)** Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**.

**ed)** Requerer a falência da **EMISSORA** se não mais existirem garantias reais de recebimento dos créditos dos debenturistas, em atraso.

**ef)** O **Agente Fiduciário** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens anteriores, se a assembléia geral dos debenturistas, por decisão unânime dos titulares de todas as debêntures, assim o autorizar. No caso do item "**ed**" a maioria dos titulares das debêntures, presente na assembléia geral poderá deliberar pela não adoção da medida por ele contemplada.

**f)** A **EMISSORA** ressarcirá o **Agente Fiduciário** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

**fa)** O ressarcimento retro referido será efetuado imediatamente após a entrega a **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos proprietários das debêntures.

**fb)** As despesas sujeitas ao ressarcimento, de forma não exaustiva, compreendem inclusive as seguintes:

**fb a)** Publicação de relatórios, anúncios, avisos e notificações previstos por esta Escritura e outras que regularmente venham a ser exigidas.

**fb b)** Extração de certidões.

**fb c)** Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessário ao cumprimento das suas funções.

**fb d)** Eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis para determinação dos créditos ou direitos dos debenturistas.



fe) O crédito do **Agente Fiduciário** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos da comunhão de debenturistas, que não tenha sido ressarcido pela **EMISSORA**, será acrescido à dívida desta e gozará das mesmas garantias dada às debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

g) Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura, for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **EMISSORA** deverá pagar-sem prejuízo dos demais valores previstos por esta Escritura-, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

## VI - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham em qualquer ocasião, a ser exercidos.

## VII - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

a) Os titulares da debêntures de cada uma das séries, ou da totalidade da Emissão, de que trata esta Escritura, poderão a qualquer tempo reunirem-se em assembléia geral especial, a fim de deliberarem sobre matéria do interesse da comunhão dos debenturistas.

b) A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário**, pela **EMISSORA**, pela **CVM**, ou por debenturistas que representem no mínimo 10%(dez por cento) das debêntures em circulação.

c) Aplicar-se-á a assembléia dos debenturistas, no que couber, o disposto na lei 6404/76 para assembléia geral de acionistas.

d) A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem 75%(setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação de cada série, e em segunda convocação com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for designado pelos presentes, ou aquele que for designado pela **CVM**.

**ÚNICO:** Para efeito de apuração do quorum retro definido, serão excuídas as debêntures que estiverem em tesouraria da **EMISSORA** ou pertencerem aos seus controladores, do número total de debêntures emitidas.

e) Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo **Agente Fiduciário**, este deverá comparecer à mesma a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas pelos debenturistas.

f) Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

g) Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação de cada série.

### VIII - DO FORO

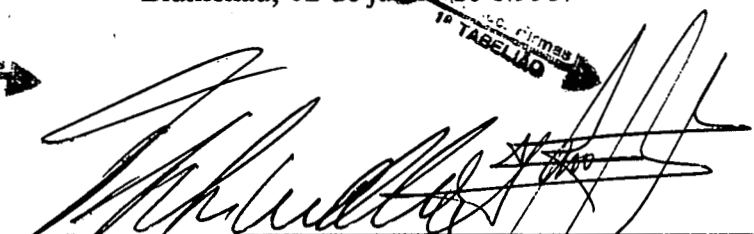

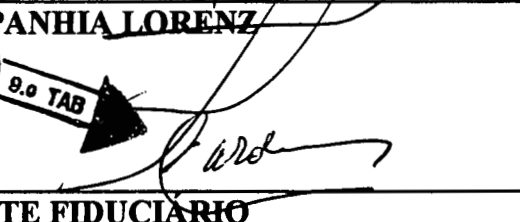
Fica eleito o foro principal da Comarca da cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta Escritura a **EMISSORA** e, na qualidade de interveniente o **Agente Fiduciário**, em três vias e na presença de duas testemunhas que também a assinam.

Blumenau, 02 de junho de 1.995.

Reconhec. Firmas  
1ª TABELIAO

Reconhec. Firmas  
1ª TABELIAO

  
COMPANHIA LORENZ  
  
8.º TAB  
  
AGENTE FIDUCIARIO

Reconhec. Firmas  
1ª TABELIAO

Nelson Arno Maul  
CPF N°055.336.949-00

Reconhec. Firmas  
1ª TABELIAO

José Geremias Coelho Filho  
CPF N° 443.196.819-91

ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1.ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES COMPANHIA LORENZ.